

58 da Secretaria. Mas está registrado e esse é o esforço que fazemos sempre, de tentar manter as datas indicativas.

59 **Sr. Arno Leandro Kayser:** Em primeiro lugar, a gente queria reforçar a importância desta Moção que os

60 Comitês estão apresentando. Já há duas reuniões ela está para entrar em pauta, e não entrou ainda pois sempre

61 fica para o fim, e às vezes não há quorum e também colocar que, em nosso entendimento, para esta reunião

62 estaríamos preparados para discutir as questões do planejamento da pauta do CONSEMA. E até foi discutido na

63 última reunião que isso seria o tema principal. E fomos surpreendidos aqui com a colocação da discussão da

64 proposta do CONFEMA, que tínhamos previsto inclusive uma reunião extraordinária. E pelo entendimento das

65 entidades ecológicas que o assunto principal do dia seria essa questão da organização da pauta do CONSEMA e

66 até íamos propor uma inversão de pauta, e após a leitura das Atas tratamos primeiro desse assunto. **Sr.**

67 **Presidente:** Vamos passar para a avaliação da Ata da 41ª Reunião Ordinária. Palavra aberta aos senhores

68 Conselheiros. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Ali na linha 1069, onde consta que eu teria dado aquela

69 declaração, até a linha 1078 não fui eu que dei aquela declaração. Acho que na redação da Ata eu fui confundido,

70 questão lá de Garopaba. **Sr. Geraldo André Susin:** Para ajudar o Conselheiro, a Ata 41ª não tem linha 1069.

71 Estão juntas as duas atas, grampeadas juntas. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Tenho como Ata da 41ª

72 Reunião. Na linha 1069, a primeira palavra desta linha é “forma”, p. 21. **Sr. Geraldo André Susin:** Essa é da

73 Ata da 43ª Reunião. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Para mim está como 41ª Reunião Ordinária, está

74 grampeada assim, aos 28 dias do mês de fevereiro, na p. 21, linha 1069. Todo esse relato até a linha 1078 não fui

75 eu que fiz. **Sr. Silvio Botelho:** O Conselheiro só observa que não foi o autor deste registro. **Sr. Sérgio Luiz de**

76 **Carvalho Leite:** Exato. **Sr. Geraldo André Susin:** Só para ajudar, esta 21ª folha pertence a 43ª Ata e não a 41ª

77 Ata. O problema é que grampearam errada estas Atas, e não foi problema com a taquigrafia. **Sr. Silvio Botelho:**

78 O Conselheiro registra que este texto que foi referido aqui refere-se a uma outra Ata, e não a que está sendo

79 apreciada. **Sr. Geraldo André Susin:** Com relação à Ata da 41ª Reunião Ordinária do CONSEMA, gostaria de

80 parabenizar o Sr. Eduardo Trevisan, que é o profissional taquígrafo que transcreve as atas produzindo as Atas da

81 reunião pelo trabalho sério e extremamente competente. Pois verificamos, após a escuta da gravação da 41ª

82 Reunião Ordinária do CONSEMA que é fidedigna ao ocorrido. Então, colocando e parabenizando o profissional,

83 valorizando, que é um profissional de bastidor e que nunca aparece, mas ressaltando que até pelo trabalho, que é

84 um trabalho de fé pública, e registramos isso. E só temos a contribuir no referido trabalho de transcrição que na

85 linha 42 o nome correto da nossa Entidade é: “Associação Livre para Gerenciamento Ambiental”. E na linha 230

86 a palavra “voto” trocar por “voz”, e “Conselheiro” trocar por “Conselho”. E com a permissão do Sr. Secretário,

87 ocupando a cadeira de Presidente, gostaríamos de registrar três considerações. Quanto ao pedido de vista no

88 processo de licenciamento ambiental do Município de Caxias do Sul, solicitado pela Conselheira Edi nas linhas

89 122 a 123, realmente houve problema na comunicação entre as entidades ambientalistas de Caxias do Sul.

90 Reafirmamos que a Ecovila e a Rota Verde, ONGs que participam do Conselho Municipal e representam o

91 Fórum de ONGs em Caxias e elas denunciam problemas dentro do Conselho Municipal. A palavra está com

92 essas Entidades. Pretendemos resolver esse problema na esfera municipal, por enquanto. Caso necessário,

93 informaremos ao CONSEMA. O segundo ponto é quanto a fala do Secretário Frizzo contido nas linhas 210, 211

94 e 212, o qual explicita ter certeza que o Fórum das Entidades Ambientais de Caxias do Sul não se reuniu para

95 indicar a minha pessoa, Geraldo André Susin, como representante de Caxias ou das ONGs para o CONSEMA,

96 gostaria de lembrar que já apresentamos ao CONSEMA e a APEDEMA a Ata da reunião onde o Fórum das

97 Entidades Ambientais de Caxias se reuniu para indicar a minha pessoa como Conselho representante do

98 Fórum no CONSEMA, além da ALGA ter respaldo dentro da APEDEMA. E o terceiro, e último, com referência

99 aos ataques verbais explicitados pelo Secretário Municipal de Caxias do Sul ao movimento ambiental, na minha

100 pessoa, como Conselheiro, registrado na Ata da 41ª Reunião Ordinária, salientamos a importância duma Moção

101 de Repúdio por parte do CONSEMA pois acreditamos que os referidos ataques estejam relacionados com as

102 denúncias de suspeita de crimes ambientais praticados pelo Poder Executivo de Caxias do Sul, em Caxias do Sul.

103 Obrigado. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Para chamar a atenção que várias vezes aparece a sigla

104 “PINUMA” e é PNUMA, que é Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Sr. Flávio Lewgoy:**

105 Queria apenas manifestar o meu agradecimento à Mesa que presidiu a 43ª Reunião Ordinária e também ao

106 Plenário pela solidariedade a mim manifestada pelo episódio ocorrido na Comissão de Agricultura da Assembléia

107 Legislativa no dia 18 do mês passado. Meus agradecimentos. **Sr. Presidente:** Não havendo mais nenhuma

108 manifestação, então, consideramos aprovada a Ata da 41ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Passamos para a

109 apreciação da Ata da 43ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Não havendo manifestação dos Conselheiros,

110 podemos considerar a Ata aprovada? **Aprovada.** Passamos a apreciação da Ata da 22ª Reunião Extraordinária

111 deste Conselho. Palavra está aberta ao Plenário. Não havendo manifestação contrária, consideramos a Ata

112 aprovada. Antes de entrarmos para a discussão da ordem da pauta da nossa reunião, gostaria de registrar

113 algumas Comunicações desta 44ª Reunião Ordinária do CONSEMA. A Secretaria de Educação comunica a

114 impossibilidade de participação dos representantes titular e suplente, nesta reunião, em razão da realização de

115 Seminário Estadual de Educação Popular de 22 a 25 de maio deste ano no Auditório Araújo Vianna, aqui em

116 Porto Alegre. Tivemos as publicações no Diário Oficial do Estado, de 17-05-2002, do ano de nomeação dos
117 representantes do CEA, que saiu com erro, vai ter que ser retificado, mas, de qualquer forma, a Conselheira
118 Titular Maria Odete da Rosa Pereira saiu como suplente e está aqui, portanto, e não há prejuízo para o quorum
119 da reunião e nem para o direito de manifestação e voto do CEA. Mas, de fato, esta Portaria de nomeação vai ter
120 que ser refeita em relação ao CEA. Mas não há prejuízo à participação da ONG nesta reunião. E da Instituição
121 Universidade Privada, Elizabete Maria Zanin, titular, e João Grande, suplente. E FARSUL, João Antônio Totti,
122 suplente, em substituição a Francisco Fuchs. Há uma outra comunicação que é a retificação do nome do
123 representante suplente da ALGA, que é Jacson Maurilio Corteletti. A ONG ASTEPAN, por meio do Ofício 3301
124 solicita a participação, na condição de membro titular da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Pelo
125 Regimento deste Conselho esta é uma impossibilidade de participação como membro titular. Então, esta é uma
126 impossibilidade regimental duma instituição não representada no Conselho ser membro titular da Câmara
127 Técnica de Educação Ambiental. De outra parte, não há nenhum óbice que ela participe da Câmara Técnica, mas
128 não com direito a voto. Não há qualquer problema quanto à participação, mas como membro titular isso
129 contraria o Regimento Interno deste Conselho. Recebemos também o relato das atividades desenvolvidas pelo
130 Grupo de Trabalho sobre a Energia da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental no período de
131 setembro de 2001 a abril de 2002. Este relato está à disposição dos Conselheiros, e para isso basta a solicitação à
132 Mesa e nós providenciaremos cópia do relato. Temos também o ofício 324/02 da Secretária da Coordenação e
133 Planejamento que comunica que o Secretário da Coordenação estará sendo representado pelo Sr. Sílvio Barbosa
134 dos Reis nesta 44ª Reunião do CONSEMA. E temos um Ofício da FARSUL, que em virtude de atividades em
135 andamento comemorando os 75 anos da fundação da FARSUL, os representantes titular e suplente estão
136 impossibilitados de comparecer a esta reunião. Estas foram as comunicações recebidas para esta reunião do
137 Conselho. Temos, na ordem da pauta, a apresentação da proposta da CONFEMA/02, após o Planejamento da
138 Pauta do CONSEMA para o ano de 2002. Há a proposição duma Moção por parte dos Comitês de Bacias, já
139 houve a concordância pelo representante do Comitê para que a Moção seja o segundo ponto de pauta e há uma
140 proposição de que nós venhamos a tratar primeiramente do Planejamento da Pauta do CONSEMA para o ano de
141 2002. A Mesa gostaria de justificar a inclusão da proposta de CONFEMA e por que ser colocado como primeiro
142 ponto de pauta. Nós solicitamos a todos os Presidentes de Câmaras Técnicas Permanentes para que nós
143 pudéssemos iniciar o trabalho de organização da agenda deste Conselho para o ano de 2002. Nem todas as
144 Câmaras Técnicas, nem todos os Presidentes de Câmaras Técnicas nos responderam, e não temos a informação
145 completa sobre a agenda das Câmaras Técnicas, e, de outra parte, percebemos assuntos de pauta em grande
146 quantidade, tanto nas Câmaras Técnicas quanto a assuntos repesados deste Conselho. Os principais temas
147 pautados desde 99 neste Conselho foram todos discutidos com raríssimas exceções. E no período mais recente
148 tivemos uma grande quantidade de proposições de pauta do Conselho e aí sim temos um acúmulo de temas sobre
149 os quais nós precisamos deliberar, tanto em relação à agenda das Câmaras Técnicas quanto em relação aos
150 assuntos que vêm ao Pleno deste Conselho. Além dos assuntos que já estão sendo debatidos nas Câmaras
151 Técnicas e no Plenário, há aqueles temas, que já destacamos aqui, que o próprio Código Estadual do Meio
152 Ambiente remeteu a este Conselho para regulamentação do Código. Assuntos, muitos dos quais, não estão sendo
153 ainda tratados nas Câmaras Técnicas e não estão sendo tratados neste Conselho. Portanto, se nós prevermos um
154 trabalho em relação ao planejamento do CONSEMA, que vai além duma única reunião. Então, a nossa
155 expectativa hoje é iniciar a discussão do planejamento. Provavelmente, nós vamos, ao final desta reunião, ter que
156 acordar a realização, a exemplo do que fizemos no ano anterior, onde houve um encontro específico, um
157 seminário de planejamento da agenda do CONSEMA, ou uma reunião extraordinária para que nós possamos dar
158 conta desta pauta, que pelo levantamento que nós fizemos, vai ser bastante extensa. Então, colocar o ponto
159 CONFEMA como segundo ponto de pauta significaria de fato não discutir hoje. E esse é um ponto que temos
160 todas as condições de resolver, dentro desta reunião, com muita brevidade, pois a Mesa quer lembrar que a
161 Secretaria, pela lei de criação da Secretaria, que ela é obrigada a realizar a conferência a cada dois anos, e para
162 fazê-la tem que ouvir o Conselho, não sobre a realização mas sobre a forma de realização para ajustar os temas,
163 pois a necessidade da realização da conferência é estabelecida em lei, e não é objeto de deliberação, nem da
164 Secretaria, que é obrigada a realizá-la, nem do Conselho, no que toca a fazer ou não, e sim ajustes de como
165 proceder e tudo mais. Então, gostaríamos de apresentar ao Pleno como a Secretaria está pensando na realização
166 desta conferência, para que nós pudéssemos, então, proceder os ajustes necessários de acordo com a opinião
167 deste Pleno. E nós temos condições de fazer hoje. Então, Conselheiro Arno, colocar em segundo ponto de pauta
168 e tratar primeiramente do Planejamento significaria, de fato, não discutir hoje, e traria prejuízo para este
169 importante instrumento do Sistema de Proteção do Estado, que é a consulta à sociedade sobre as principais
170 diretrizes da política estadual de meio ambiente, que é uma necessidade legal, não só uma necessidade legal, mas
171 um compromisso político do Governo em realizar estas conferências e também, em segundo plano, uma
172 obrigação legal da Secretaria, que deve ser executada, e este é o nosso esforço para que realmente seja feita. E
173 essa é a justificativa da inclusão do tema CONFEMA e inclusão como primeiro ponto de pauta. A Mesa consulta

174 o Conselheiro se mantém a proposição, fazendo um apelo para que nós mantenhamos esta ordem para de fato
175 impedir a discussão da conferência. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Pelo que entendi não vamos fazer a discussão
176 total da pauta do CONSEMA? **Sr. Presidente:** Não. Não tínhamos uma noção clara, pois tínhamos que
177 consultar Câmaras Técnicas do volume de demandas e o trabalho que daria para fazer este planejamento. O que
178 constatamos é que ele possivelmente vá além de uma reunião pelo volume. Então, por isso colocamos o tema da
179 CONFEMA, como primeiro ponto de pauta, pois acreditamos que não vamos conseguir esgotar, é uma avaliação
180 da Mesa esgotar a discussão sobre o planejamento hoje. E como ela é extensa e colocar em primeiro ponto
181 significaria não fazer a discussão da CONFEMA hoje e temos a necessidade de fazê-la porque temos a obrigação
182 legal de realizar a conferência. Há concordância, Conselheiro Arno. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Se a Mesa está
183 esclarecendo que provavelmente não vai haver condições de se fazer toda esta discussão hoje, é que a gente tinha
184 agendado isso. A gente, na verdade, tinha colocado esta reunião única e exclusivamente para isso. **Sr.**
185 **Presidente:** A proposição deste ponto de pauta, inclusive, da organização da agenda do CONSEMA partiu da
186 Mesa, e a Mesa concorda, é esta uma necessidade importante pois, de fato, nós começamos a criar vários pontos
187 de pauta e agora precisamos de uma organização mínima, de um acordo, dentro do Pleno, sobre as prioridades
188 da agenda deste Plenário. Passamos para a apresentação da proposta elaborada pela Secretaria Estadual do
189 Meio Ambiente para a realização da CONFEMA agora já no segundo semestre/2002. Com relação à Moção dos
190 Comitês de Bacias, o representante concordou em deixar a Moção para após a deliberação sobre a conferência.
191 **Sr. Eugênio Spengler:** Boa-tarde aos Conselheiros e Conselheiras. Os senhores já receberam na pasta uma
192 minuta da proposta, mais ou menos em linhas gerais dizendo o que a conferência pretende. Na verdade, além
193 desses aspectos legais e de todo o compromisso político do Governo com a CONFEMA, pretende-se
194 fundamentalmente, por meio da realização, a definição das diretrizes ambientais para o Estado do Rio Grande do
195 Sul no próximo período por meio do recolhimento de sugestões, contribuições que viram das várias regiões do
196 Estado. Como tema, estamos propondo para a realização da conferência, relacionado à estruturação do Sistema
197 Estadual de Proteção Ambiental. Todos os senhores e senhoras sabem que há um processo no Estado de apoio à
198 organização das estruturas municipais, num processo coordenado e acordado entre a Secretaria, o Estado e os
199 Municípios no sentido de viabilizar o processo da habilitação dos Municípios. E como parte do SISEPRA, além
200 dos órgãos, dos organismos estaduais do meio ambiente e os Municípios também, e há um envolvimento
201 fundamental da sociedade por meio das ONGs, de todos os movimentos que fazem parte da sociedade. Portanto,
202 com a discussão da temática SISEPRA pretende-se, fundamentalmente, desencadear um processo sobre a gestão
203 ambiental no Estado e a relação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental com o Sistema Estadual de
204 Recursos Hídricos, de como é que se dá este diálogo, respeitando as características de cada um deles, mas
205 necessariamente há a necessidade de identificar e ver como se dá esta relação, principalmente em nível de
206 Comitês de Bacias e assim por diante. Um outro assunto que deverá pautar a discussão da conferência é uma
207 discussão de aproveitar o espaço das conferências regionais para divulgar e discutir um pouco a pauta que está
208 sendo desenvolvida para a Conferência de Johannesburgo. É certo que o documento brasileiro já estará pronto no
209 mês que vem. Não há condições na conferência de uma interferência direta, mas a idéia é usar este espaço para
210 um esclarecimento, para um processo de educação sobre a importância da Conferência Rio + 10. Basicamente,
211 enquanto diretrizes e a temática da conferência que está sendo proposta é esta. Quanto a dinâmica do processo de
212 organização da conferência nós estamos propondo a realização de pelo menos quinze conferências regionais. Há
213 dois anos tivemos onze conferências, e nós identificamos o processo de avaliação que se deu em alguns
214 momentos, da necessidade de haver uma descentralização maior, e nós estamos propondo, portanto, já
215 inicialmente, até por reivindicação de algumas regiões, um processo de mais quatro conferências, principalmente
216 concentradas na região metropolitana. E Porto Alegre, que na conferência passada teve uma única em Novo
217 Hamburgo, nós estamos propondo quatro aqui na região metropolitana e na região da campanha uma, na região
218 da fronteira oeste outra, devido as distância. Principalmente que o pessoal tem reclamado a dificuldade de
219 deslocamento das pessoas e das Entidades que têm interesse na participação. Além das conferências regionais, as
220 quinze que estão sendo propostas, nós também estamos propondo a realização de conferências municipais com o
221 direito a retirada de delegados, e aqui vale uma observação: a proposta de delegados nas conferências regionais
222 mantêm-se na mesma proporção da conferência passada, de um delegado para cada dez presentes, e nós estamos
223 propondo a realização de conferências municipais com direito a retirada de delegados, e aí a nossa proposta é de
224 um para cada vinte e cinco presentes e em todos aqueles Municípios que já estão habilitados pelo CONSEMA a
225 proceder o licenciamento ambiental. Temos esta proposta de realização das conferências. Não que os outros
226 Municípios não possam realizá-la. Mas para a retirada de delegados a idéia é manter naqueles que estão
227 habilitados e portanto fazendo parte efetiva do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Para cada conferência
228 regional nós pretendemos organizar uma comissão regional com representações dos movimentos sociais, órgãos
229 governamentais que terão algumas atribuições, que vai desde o acompanhamento das conferências municipais,
230 que serão realizadas nestas regiões, até o mesmo o apoio na divulgação e organização das conferências regionais.
231 O cronograma previsto é o seguinte: realização da assembléia final da conferência nos dias 03 e 04 de agosto de

232 2002 em Porto Alegre e as conferências regionais no período de junho a julho, nas quinze regiões, e gostaria de
233 fazer aqui uma observação: há uma tendência, de algumas regiões, tipo a região de Santa Cruz, do Vale do Rio
234 Pardo e a região do Taquari-Antas, a região de Lajeado e Estrela, solicitarem para cada região uma conferência.
235 Inicialmente, temos entendimento que se as regiões assim o desejar não nos oporemos. Se permitirá a realização
236 desta forma se as regiões assim entenderem, e é óbvio que dentro da possibilidade da realização em termos de
237 calendário. Mas basicamente é esta a proposta com mais um detalhe: assim como na conferências de 2000
238 estamos propondo também a manutenção daquelas representações natas de acordo com alguns setores. Também
239 aqui basicamente são os mesmos setores da conferência passada, com a inclusão aqui dos povos indígenas, que
240 ficaram fora e depois, até por uma discussão aqui dentro do Conselho, acrescentamos também na conferência
241 passada. Seriam treze setores, e para cada setor o direito a retirada de seis delegados por setor. E as pessoas
242 perguntam: “Para cada Município vão ser seis? Não, os Municípios indicam seis. Assim como os conselhos
243 profissionais também, todos eles, conselhos e associações profissionais, seis, todos juntos, os Comitês de Bacias,
244 seis, para todos os Comitês e não individualmente. Para esclarecer isso pois às vezes surgem dúvidas com relação
245 a esta forma. Basicamente era isso. **Sr. Silvio Botelho:** A palavra está aberta ao Plenário. **Sr. Arno Leandro**
246 **Kayser:** Vou colocar a pedido dos colegas das entidades ecológicas a discussão que o movimento ecológico
247 travou no seu último encontro estadual, que foi realizado há cerca de 15 dias na cidade de São Leopoldo, o 23º
248 Encontro Estadual, e esse ponto de pauta CONFEMA foi colocado. E nós tínhamos tido alguns dias antes do
249 encontro uma reunião com a coordenação da SEMA que nos apresentou uma pré-proposta oralmente e com base
250 nessa informação nós travamos uma discussão bem grande durante o CONSEMA sobre o processo que o
251 movimento ecológico entende que seja fundamental e que o CONFEMA desencadeia. E consideramos que houve
252 um prejuízo bastante grande, e estamos quase há um ano e meio da realização da última CONFEMA e só agora
253 estamos recebendo o material que foi produzido naquela ocasião, e não tivemos nem oportunidade de dar uma
254 revisada, para ver se todo esse material realmente reproduz aquilo que foi colocado na reunião, e mais que isso,
255 houve um prejuízo muito grande da sociedade gaúcha no sentido de trabalhar esse documento. E se a gente for
256 observar a composição das pessoas que participaram da conferência, tem ali isso, e houve uma grande
257 participação de pessoas vinculadas a órgãos públicos. E a gente entende que a conferência deve trabalhar no
258 sentido duma ampla participação da sociedade. E era proposta em 2000, e que perdemos todo ano de 2001, de
259 realizarmos eventos de caráter o mais municipais possíveis para efetivamente levarmos estas propostas para uma
260 discussão ao nível dos Municípios e a partir daí proporcionarmos em culminar eventos regionais e um evento
261 estadual. E a gente acha que essa idéia foi prejudicada por esses atrasos e o movimento defende a idéia de que
262 esse processo deva ter prioridade. E a gente acha que as conferências deveriam fugir dos anos eleitorais para
263 evitar confusão com os momentos eleitorais e estes eventos, e só que também tem que ter tempo, um tempo de
264 maturação da sociedade com essas propostas. Então, o nosso entendimento de realizar agora uma conferência
265 assim seria um processo bastante atropelado e com esse calendário que prevê praticamente duas a três reuniões
266 por fim de semana, e que a gente acha que para a sociedade gaúcha ter uma participação de mais qualidade usa as
267 entidades ecológicas, e isso é uma coisa que foi consolidada no encontro de que deveríamos primeiro dar
268 prioridade para um processo ao nível dos Municípios organizar e levar este material para uma discussão ao nível
269 dos Municípios e daí constituindo um processo e tentando talvez fazer a conferência. No nosso entendimento, o
270 ideal seria talvez fazer essa conferência no seguinte ano, e esta é a posição que, em princípio, foi colocada pelo
271 movimento ecológico com o objetivo justamente de trabalhar esse aprofundamento da questão com a sociedade
272 que é o objetivo da gente realizar um evento com esta natureza, e não simplesmente fazer um evento, mas sim
273 fazer um processo utilizando a conferência como um ponto de passagem desse processo de discussão da
274 sociedade de suas prioridades em termos de políticas públicas para a questão ambiental. **Sr. Presidente:**
275 Prezados Conselheiros. A Mesa vai fazer um esclarecimento em relação a questão da CONFEMA. Na verdade, a
276 Mesa e o Governo tem o entendimento de que o CONFEMA não é a única possibilidade. Os esforços para que
277 haja mais transparência em relação à ação pública na área de meio ambiente não se restringe a própria
278 conferência, e é muito mais ampla do que isso, e parte disso é qualificar a aplicação dos próprios instrumentos
279 mais cotidianos que estão sob responsabilidade do poder público, não só em nível estadual como em nível
280 municipal, como a estruturação do SISEPRA, habilitação de Municípios que tem passado pelo Conselho. E o
281 trabalho dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, sem dúvida alguma, é fundamental. Mas a Mesa resgata
282 que há uma exigência legal, e é isso um dos aspectos importantes, e é um compromisso político do Governo de
283 realizar não-só na área de meio ambiente, e temos várias iniciativas do Governo, como o orçamento participativo,
284 que é permanente, e acontece em todo o Estado, e de fato discutir as estratégias. E a grande importância da
285 conferência é justamente porque é um momento da sociedade civil dialogar com as políticas públicas, não só
286 definindo diretrizes para o futuro mas também avaliar o cumprimento daquelas diretrizes assinaladas na última
287 conferência. E uma das questões importantes, inclusive de maior controle social e de maior participação da
288 sociedade civil é a descontinuidade das políticas. Portanto, não há pelo qual articular os movimentos da
289 sociedade civil com os movimentos do Governo, pois aí estaríamos reproduzindo na dinâmica da sociedade civil

290 o problema da descontinuidade que temos dentro da ação dos governos. De fato, a nossa visão sobre a
291 CONFEMA, primeiro, é um compromisso, é uma obrigação legal. E a discussão se vamos ou não fazer a
292 conferência não é uma discussão possível e nem é possível de deliberação do Conselho já que é uma exigência
293 legal, e é bastante positiva e necessária que se faça esta discussão com a sociedade civil. Temos que resgatar
294 também que quando realizamos a última CONFEMA estávamos com uma lacuna de 6 anos de discussão e todos
295 nós concordamos, já fizemos esta discussão com o próprio movimento ecológico, o processo da última
296 CONFEMA não foi um processo ideal, como todos nós gostaríamos que fosse, pois, de fato a iniciativa de abrir a
297 discussão não substitui a ausência de debates públicos sobre este tema por seis anos com o governo, e
298 obviamente há uma necessidade de mobilização, e, portanto, há necessidade de manter a periodicidade das
299 conferências, que é importante que a sociedade incorpore este diálogo com o poder público como uma questão
300 permanente e não da maneira como vinha sendo conduzido. E segundo, fizemos um grande esforço, mesmo com
301 as limitações, de promover uma discussão descentralizada, pela primeira vez no Estado sobre a conferência e
302 tirando diretrizes que foram, de fato, implementadas pelo poder público, que foram respeitadas, apesar de termos
303 tido dificuldades na publicação, que aliás, já estão concluídas a publicação da última CONFEMA. Mesmo que
304 não tenhamos dificuldades em dar uma maior publicidade às deliberações da conferência, de fato elas avançaram
305 bastante no período da CONFEMA e é importante que este Governo também dê um retorno para sociedade civil
306 sobre o andamento das deliberações da última CONFEMA, fato que não seria possível, pois não temos como
307 saber o resultado eleitoral. E é obrigação deste Governo promover e é obrigação deste Governo prestar contas à
308 sociedade sobre as deliberações da última conferência. E, por último, achamos que a realização da coincidência
309 da conferência com o período eleitoral não é negativo, mas sim, é positivo. A mobilização da sociedade gaúcha
310 em função dos debates das grandes diretrizes ambientais da política estadual tende, de fato, a influenciar o debate
311 eleitoral, incorporar já nas discussões do próximo Governo a questão ambiental como um tema importante.
312 Portanto, a coincidência da mobilização da CONFEMA com o período eleitoral, é positiva e não é negativa por
313 esse conjunto de motivos. E consideramos que é fundamental. E seria um grande prejuízo para a política estadual
314 de meio ambiente não realizar a conferência e nós não conseguimos entender com isso pode ser encarado de
315 forma negativa, e só vemos como positiva a realização da CONFEMA num quadro em que, antes da última
316 conferência, tínhamos seis anos de ausência de discussão com a sociedade gaúcha sobre as diretrizes de ação do
317 poder público. Temos um passivo inclusive, não só uma obrigação legal, de mobilização social para a questão do
318 meio ambiente, e a recuperar neste Estado. Mas, repito, acho que não cabe a nós discutir se vamos ou não, pois é
319 uma obrigação legal do Governo, de fato é um compromisso político. Gostaríamos de receber uma discussão com
320 este Conselho sob a melhor forma de executar a conferência e sobre os grandes que temos a discutir, para que a
321 conferência seja de fato uma conferência efetiva, e seja melhor do que a última que já trouxe avanços importantes
322 mas obviamente teve as suas limitações. **Sr. Arno Leandro Kayser:** O Presidente falou em questão de
323 transparência, e nem sei do porquê ele falou isso, mas em nenhum momento estou questionando a transparência
324 de processos aqui. O que acho que externei que no entendimento do movimento ecológico, talvez não tenha sido
325 bem claro, o dia da conferência é um momento dum processo. E para nós houve um prejuízo, pois a proposta que
326 está sendo colocada de datas é mais atropelada que o evento de 2000. Não sei, realmente temo em termos de
327 qualidade deste processo. A idéia que externamos, em nome das entidades ecológicas, é justamente de tentar
328 resgatar esse processo de discussão trazendo, como prioridade, as conferências municipais que ocorrendo junto
329 com o período eleitoral cumpriram a preocupação da Secretaria de Meio Ambiente com relação a levar o debate
330 da questão ambiental. Não é a única forma. O movimento ecológico também está preparando a sua estratégia
331 para discutir a questão ambiental durante a eleição, e há outros mecanismos, a CONFEMA não seria o único,
332 mas a preocupação maior, que fique bem claro, já que o Presidente está colocando que tem que cumprir a lei, vai
333 cumprir a lei, e não há muito o que discutir. O movimento acha que este processo deveria ser feito com o tempo
334 que é de sedimentação de coisas da sociedade. A gente que tem participação em movimentos sociais sabe que as
335 coisas não são feitas de atropelo. Para tu efetivamente consolidar um processo dentro da sociedade, a sociedade
336 tem tempo, e acho que essa Administração tem méritos de ter realmente retomado o processo da CONFEMA e
337 acho que deveria ter uma preocupação que a qualidade também se aprofundasse. A idéia que o movimento tem é
338 de que este processo deveria ter sido feito com o tempo, com qualidade, e se a questão é dois anos, temos até o
339 final do ano para realizar uma conferência. Mas este calendário aí, o risco que a gente vê nele é da qualidade das
340 discussões, pois agora a sociedade vai tomar contato com o documento, e vai poder ver se aquilo que ele
341 defendeu lá está ali, e vai poder fazer a sua discussão de base. E esse processo tem que ter tempo, e infelizmente
342 tem que ter tempo, e acho que é o problema de termos atrasado isso, e deveria ter começado no ano passado. A
343 preocupação da gente, que fique bem claro, não é pelo não cumprimento da legislação, e sempre defendemos a
344 efetivação de conferências estaduais com qualidade, mas não queremos agora que isso seja um processo
345 atropelado, e pelo menos foi essa a discussão das entidades ecológicas e que apoiariam o evento com esse
346 processo, com o tempo que a sociedade precisa. **Sr. Presidente:** A questão legal é importante, mas muito mais
347 do que isso é o compromisso político deste governo em realizar as conferências e dar maior transparência as suas

ações. E falo isso porque é uma diretriz do Governo, não-só da Secretaria. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Não disse que o Governo não era transparente. **Sr. Presidente:** A minha afirmação é completamente desarmada de qualquer guerra. Apenas a afirmação duma diretriz de Governo. **Sra. Cimara Machado:** Gostaria de salientar a manifestação do Arno já que a proposta que o Arno colocou aqui, esta avaliação, foi deliberada no 23º Encontro Estadual de Entidades Ecológicas onde era um dos pontos de pauta a CONFEMA. Essa pauta já tinha sido divulgada, e as ONGs tinham feito seus debates locais e foram já com as proposições para o Encontro Estadual. Gostaria de salientar que é uma posição que já está bem solidificada, e são as ONGs que vivem no dia a dia no interior, que vivem o dia a dia realmente nos seus Municípios. A gente está trazendo aqui uma proposta bem embasada no dia a dia das ONGs e que o movimento tem a sua posição bem firmada do quanto é importante a CONFEMA mas também o quanto é importante termos os espaços de manifestação. Bem como o Eugênio falou, é um processo de educação, e este tem o seu tempo para sedimentar, qualquer proposta, para que realmente as pessoas e as instituições solidifiquem estas propostas. Só para frisar que as ONGs perceberam a importância da CONFEMA e propuseram de organizar as conferências municipais neste ano, e quem sabe até as regionais, e estamos trazendo aqui para melhor esclarecer e com vocês vemos qual é a melhor proposta, mas a estadual, fazer este ano, seria realmente bem complicado devido ter agora a Semana do Meio Ambiente, conferência na África do Sul e as agendas já estarem realmente bem comprometidas, de terem vários seminários, eventos com o que as instituições já estão agendadas. **Sr. Silvio Botelho:** Quería reforçar o que o Colega Nilvo apresentou ao Conselho. Primeiro, estamos falando dum passivo de mais de 6 anos que não havia debate no Estado. Reservada a nossa pretensão de Governo, de 99 para cá abrimos uma série de debates no Estado. Realizamos em 2000 a CONFEMA. E de fato gravamos isso na legislação, e inclusive foi um debate que estabelecemos neste Conselho, no sentido de resguardar e que o interesse maior, o interesse da sociedade no debate é a garantia no ambiente do sistema, que fosse assegurado para que este ou qualquer outro Governo, que possa ter uma percepção diferente do curso natural do sistema pudesse estancar um processo de debate. Então, isso foi unânime esse registro na lei, de assegurar que a cada dois anos ocorresse a conferência. Então, nós, que somos representante de um Governo e temos uma obrigação legal. Temos uma série de leis que somos obrigados a cumprir. Segundo, temos que considerar que houve um conjunto de debates, de grande proporção, onde a sociedade foi maciçamente envolvida, no caso da Rio + 10. Fizemos um debate. Inclusive, a proposição da Conselho aponta para a necessidade da gente retomar este debate a partir dos acontecimentos que ocorreram a a partir de janeiro e ter uma posição para que isso possa refletir uma opinião na conferência mundial. Terceiro: temos que entender que a conferência tira uma série de direções para as políticas públicas, e este negócio tem que dialogar com o processo eleitoral. Então, não há uma contradição. Acho que o que pode haver é mais trabalho de fato. Há um conjunto enorme de agendas. E vamos lembrar aqui que nem todos vão ao Encontro Internacional de Meio Ambiente na África, e que, portanto, há uma parcela significativa da população que precisa necessariamente fazer este debate, inclusive aos representantes de Governo, da sociedade civil não organizada, que vai levar ao ponto de vista da sociedade a uma conferência mundial, nada melhor dialogas com um processo junto à sociedade. Só queria frisar que não há uma contradição, e de fato, da leitura que temos, a própria lei registra da obrigação nossa de apresentar a formatação ao Conselho para que opinem sobre um método, se de fato todos os setores estão incluídos para que a conferência possa ser a mais representativa possível. Agora, da condição de não realizar, bom, só se alterássemos a lei. E aí tem que ter uma alteração legal que respalde a não realização. E a importância da prestação de contas do Governo, inclusive o próprio caderno, por mais tarde que tenha saído, é um documento, e estamos falando que esse documento já está circulando mais ou menos há um mês, menos, mas deverá chegar até a conferência com mais de 60 dias, documento circulando, considerando o acúmulo já de uma série de outros debates que foram realizados no Estado. **Sr. Eugênio Spengler:** Só gostaria de salientar algumas questões que são importantes, já ditas por várias pessoas que me antecederam,, mas a necessidade de termos um espaço importante neste ano eleitoral para pautar a questão ambiental enquanto um processo de discussão para o próximo período no Estado e a conferência é um espaço privilegiado para isso, pois vai necessariamente pautar a discussão de todos os candidatos a Governador, por exemplo. Não tem como não ser pautada, sendo realizada uma conferência nesse período pré-eleitoral. É um espaço extremamente privilegiado e só isso já justificaria um esforço grande para garantir esse processo, que vem ao encontro da preocupação de todos, com certeza que aqui estão. Se analisarmos friamente o tempo que temos entre a assembléia final, dias 03 e 04 de agosto e o início deste processo, realmente podemos, olhando talvez de fora ou fora do contexto, entender que o tempo é curto. Mas se considerarmos todo o processo de mobilização de vários setores da sociedade, principalmente no interior do Estado e a cobrança que se tem de vários setores para que se realize a conferência este ano, há um processo muito grande de discussão já na base da sociedade. Por outro lado, temos também identificados, ao contrário da conferência de dois anos atrás, os principais interlocutores. Há dois anos, e tenho bem claro isso, pois fui uma das pessoas que foi responsável pelo processo de organização no interior, e talvez a pessoa que mais estive presente na organização das conferências regionais, tínhamos meio que identificar quem eram os possíveis parceiros. E é muito difícil identificar. Hoje temos isso bem mapeado, com interlocutores, num processo de

406 avanço em cima da questão dos Comitês de Bacias bem mais organizado, e esse perfil definido, em nível de
407 Estado, que possibilita, fundamentalmente, uma interlocução mais rápida e mais eficiente com os vários setores
408 da sociedade. E dizer mais: que o fato de estarmos realizando a Conferência Mundial em setembro, e termos
409 vários eventos e várias pessoas, e esta discussão estar sendo pautada inclusive em nível de meios de
410 comunicação, televisão e rádio, ela também permite um processo de mobilização para a conferência. E a Semana
411 de Meio Ambiente, sem dúvida nenhuma, ao contrário dum problema, ela é um espaço privilegiado para divulgar
412 a conferência. É a necessidade de nós potencializarmos estes espaços e estes eventos todos justamente para
413 construirmos o principal evento que é a conferência, que tem a obrigação e a função de definir as diretrizes como
414 momento principal na definição das políticas de meio ambiente do Estado. E uma questão importante que vale a
415 pena ressaltar, que como a temática é SISEPRA, essa discussão vem sendo desenvolvida no Estado com os
416 Municípios se habilitando, com processo de capacitação dos Municípios há mais de dois anos. Então, a temática
417 SISEPRA e a organização do SISEPRA não é uma temática nova para a sociedade. Muito pelo contrário. Temos
418 o envolvimento de mais de 300 Municípios nesse processo. Então, é fundamental considerar isso, que é uma
419 temática que está sendo trabalhada num período considerável, e pode ser entendido isso como processo. **Sr.**
420 **Geraldo André Susin:** Gostaria de colocar que a ALGA faz suas palavras o que o Arno e a Cimara colocaram,
421 inclusive porque a gente faz parte do movimento e participamos desta discussão. E gostaria de frisar o que a
422 Cimara colocou, com a preocupação do atropelamento do processo, citando, como exemplo, o processo em
423 Caxias. Lá está acontecendo este evento, inclusive ficamos sabendo no meio do caminho, as pessoas não estão
424 participando e lá está meio que encerrando o processo e não se sabe muito bem qual é o resultado do processo
425 municipal. Então, isso é uma preocupação que tenhamos o resultado. Mas o que eu gostaria de colocar, até
426 solicitei mudança da palavra, é que não lembro o artigo da Constituição, que ela coloca a questão da organização
427 do planejamento pela questão física. E gostaria de entender melhor é sobre as quinze pré-conferências regionais
428 que nós antevemos que Municípios da nossa área se enquadram em três pré-conferências. E há Municípios que se
429 enquadram no Vale do Caí, Serra, Hortênsias e Taquari Antes. Então, é este critério que não está claro, já que é o
430 art. 142 da Constituição. **Sr. Presidente:** A Mesa gostaria de esclarecer algumas questões importantes. Primeiro,
431 a conferência é assembleia final. Não há nenhum regramento sobre o processo de preparação da conferência.
432 Realizar pré-conferências descentralizadas e preparatórias é uma decisão política do Governo que foi referendada
433 por este Conselho. Agora, a conferência estadual é a conferência final, é a conferência que delibera. E todas as
434 conferências é um processo de mobilização, de preparação, de recolhimento, de sugestões e proposições para que
435 a conferência final delibere. Portanto, todo o processo anterior à realização da conferência de fato, ele não é
436 regrado. E este é um processo que dá consequência a uma diretriz política deste Governo que é promover o
437 debate o mais amplo possível com a sociedade sobre suas principais diretrizes de Governo. A segunda questão
438 importante, então, as pré-conferências ou conferências regionais não são demandadas por lei. Faz parte desta
439 preocupação que temos em dar maior publicidade possível e garantir os maiores espaços democráticos possíveis
440 dentro desse processo. Repetimos que até a última conferência eram realizadas somente em Porto Alegre, não
441 eram deliberativas, e normalmente era um conjunto de eventos durante uma semana, e não se propunha temas e
442 diretrizes para deliberação. A segunda questão é que as conferências municipais não são convocadas pelo
443 Governo do Estado. As conferências municipais são questões dos Municípios. O que nós adotamos como diretriz
444 é estimular a realização de conferências municipais articuladas com o processo da conferência estadual. Mas a
445 convocação de conferências municipais não é feita pelo Governo do Estado e nem por este Conselho. Os
446 Municípios possuem Conselhos Municipais de Meio Ambiente, aqueles que o possuem, e possuem órgãos de
447 meio ambiente e a sua dinâmica própria, a sua dinâmica político-social própria e o tempo de realizar as
448 conferências normalmente é regrado por legislação municipal mas é uma decisão da autonomia dos Municípios e
449 da sua comunidade. Então, não cabe a nós, de fato, fazer esta convocação. Apenas como esclarecimento do
450 Plenário deste Conselho. De fato, temos uma situação, que é uma situação diferente da que nós tínhamos há
451 tempos atrás, já que tínhamos um processo de não realização de audiência, e hoje nós estamos com o governo
452 propondo a realização da audiência e com representantes da sociedade civil questionando esta realização. Isso já
453 é um avanço, sem dúvida alguma. Temos plena concordância com a preocupação manifestada tanto pela Cimara
454 como pelo Arno no sentido de fazer uma conferência com um processo que dê mobilização, que dê condição de
455 participação. E para isso temos ampla abertura para discussão com este Plenário, que é o que estamos fazendo
456 agora, do processo de construção da conferência. O que não nos parece razoável é em função das dificuldades de
457 mobilização, e é evidente que seria muito mais confortável para o Governo não realizar a conferência, pois isso
458 dá trabalho, isso demanda investimentos, demanda recursos, que são escassos dentro do Governo, demanda
459 mobilização e tempo de todos os funcionários da Secretaria e da sua Direção, quer dizer, seria muito mais
460 confortável não realizá-la. Mas é um compromisso nosso realizar as conferências. E não vemos como a melhor
461 alternativa para problemas de mobilização de tempo não realizá-la. E não realizar, para nós, seria a pior de todas
462 as hipóteses. É cancelar o processo de discussão pública das grandes diretrizes que não resolve o problema de
463 mobilização. O que nos parece razoável é discutir com esse Conselho, e para isso temos toda a abertura, de

464 incorporar as preocupações manifestadas pela Cimara e pelo Arno e pelo nosso Colega de Caxias, no sentido de
465 achar uma fórmula melhor do que essa que nós propusemos aqui para a realização da conferência. Mas, com a
466 perspectiva, evidentemente, de realização, que repito: não é uma questão meramente legal. É uma questão dum
467 compromisso político. E este governo não vai assumir o ônus de não realizar um processo tão importante, repito,
468 é um ônus do Governo não realizar isso, não é um ônus deste Conselho. Então, não podemos deixar de realizar a
469 CONFEMA, é uma diretriz política do Governo. Agora, é evidente que as preocupações que o Arno e a Cimara
470 manifestaram são as mesmas nossas, porque queremos o debate, e o debate mais crítico possível no sentido de
471 definir diretrizes que sejam de fácil acordo entre Governo e a sociedade civil. E isso é o que queremos fazer.
472 Agora, a melhor forma de fazer isso, realmente, talvez o que nós estejamos propondo aqui não seja a melhor
473 forma de mobilizar e de fazer esta discussão. Para isso temos plena abertura e discussão com este Conselho. Mas
474 nos parece que a idéia de não realizar é um contra-senso. É a pior de todas as alternativas de não fazer a
475 discussão, pois aí eliminamos, zeramos este processo. Repito: isso não pode ser um ônus, e não vai ser um ônus
476 do Governo. É o Governo que tem a responsabilidade de promover e chamar a conferência Então, por mais que
477 nós entendamos a preocupação do nosso representante da APEDEMA, e achamos que é legítima, e é nossa
478 preocupação também, achamos que a alternativa não fazer não resolve esta questão, só piora, pois daí ao invés de
479 fazer o processo com os seus limites, nós não faremos, não promovemos o debate. Então, a Mesa repete isso: não
480 há como o Governo assumir o ônus de não fazer a conferência. Agora, temos plena abertura para a discussão com
481 este Conselho para melhorar. Mas, de fato, já temos um avanço. O Governo está querendo e insistindo para fazer
482 o debate com a sociedade sobre as suas principais diretrizes de meio ambiente. **Sra. Edi Xavier da Fonseca:**
483 Gostaria de colocar duas questões. Primeiro, que não dissemos, em nenhum momento, que não queríamos
484 realizar a CONFEMA. Em segundo, se haveria, de parte do Governo, possibilidade de prorrogar esta data,
485 estender esta data, de não fazer em agosto, pois nós achamos que não há tempo hábil, de fato, para haver um
486 processo de discussão. Em terceiro lugar, colocar no encontro a questão da discussão da Rio + 10 como
487 argumento de se fazer esta discussão até agosto é extremamente frágil, pois as discussões da Rio + 10 já estão
488 acontecendo, e o documento que vai ser levado do Brasil para ser apresentado na Rio + 10 vai ser entregue nos
489 dias 21, 22, 23 de junho. Então, não há mais tempo hábil da sociedade se manifestar em relação isso neste
490 período. Sr. José Luiz Diniz Barradas: Pelo que entendo aqui é o sentimento das Organizações Não
491 Governamentais pelo fato de que o Governo, ou as instituições do Governo que estão dando andamento a este
492 processo, tem deixado para o último momento, para cima do laço, digamos assim. E não abrindo espaço para que
493 eles, que vêm trabalhando já de longa data, junto à sociedade civil, organizando-se, debatendo para um evento
494 destes encontros, não tenham um espaço para participar no fechamento, digamos assim, dessa programação,
495 desse evento. Então, como uma proposta, tentando viabilizar, já que há uma exigência legal de realização, é de
496 que se abra, de alguma forma, a possibilidade de participação de representante destas instituições neste processo
497 de encaminhamento da CONFEMA. **Sr. Alexandre Bugin:** O entendimento de todos, já manifestado inclusive
498 pela Mesa, das considerações feitas pelas ONGs, acho que isso é um processo de aperfeiçoamento em que
499 devemos buscar. E acho que o CONSEMA, enfim aprovar a não realização do CONFEMA é questão que
500 contraria a nossa busca em termos de trabalho. E me parece que isso está claro, considerado. Queria só fazer uma
501 consideração, de opinião pessoal de se fazer a CONFEMA após as eleições, e ter um período de discussão, pois a
502 realização do CONFEMA em início de agosto vai-se dar aproximadamente 60 dias da realização das eleições. E
503 se nós prolongarmos estas discussões regionais e municipais durante o período eleitoral, aí sim vai haver uma
504 confusão total de discussões, de interesses particulares, de partidos políticos. E me parece que isso vai realmente
505 prejudicar, e inclusive há questões legais de realização de atividades desse tipo próximo às eleições, e vai criar
506 questões de interpretação, tanto por parte de diversos setores, diversos partidos, e me parece que aí sim vai
507 ocorrer um prejuízo na questão que buscamos, que é a discussão da questão ambiental, em termos de
508 fortalecimento do sistema. Na minha opinião, acho que esta posição vai prejudicar ainda mais o andamento do
509 processo. **Sr. Eugênio Spengler:** São dois esclarecimentos: com relação à regionalização. As regiões escolhidas
510 são do OP e do COREDES, e não é de Comitês de Bacias. E por isso que se tu pegares Serra, Encosta da Serra,
511 Hortênsias, por isso é que há esta divisão. E não é de Comitês de Bacias, é Orçamento Participativo, coincide
512 com as regiões do Orçamento Participativo. E aí explica por que há Municípios de uma e de outra. Quanto à
513 questão da participação dos setores, como da outra conferência, temos entendimento que este Conselho terá que
514 indicar uma coordenação para a Conselho, uma equipe de acompanhamento, uma equipe de acompanhamento
515 que seria a equipe de coordenação da conferência. Como da vez passada, o Conselho também indicou seis
516 pessoas, que no nosso entendimento devam fazer isso da mesma forma. Então, nenhum setor ficará fora,
517 obviamente, do processo de organização. Além disso, todos os setores da sociedade estão sendo chamados para
518 trabalhar no processo de organização da conferência desde a sua origem lá na conferência regional. Então, tem
519 que ficar bem claro isso que isso está sendo previsto. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:** Gostaria que o
520 Eugênio colocasse, mais concretamente, qual é a proposta desta comissões regionais, assim como plano de
521 trabalho, se já há uma proposta mais esmiuçada, exatamente o que está-se propondo, pois agora tu te referiste em

522 relação à questão do CONSEMA, mas exatamente, qual é a proposta para se fazer nas regiões. **Sr. Eugênio**
523 **Spengler:** Se a Conselheira pegar a minuta que foi entregue, na segunda página, há comissões regionais: “ Para
524 organização e divulgação das pré-conferências regionais serão constituídas comissões regionais que terão como
525 tarefas ou objetivos: acompanhar a realização das conferências municipais a serem realizadas nos Municípios
526 habilitados”. Quem vai fazer parte da Comissão? Todas as instituições que quiserem participar. E qual é o
527 método que a gente utiliza? Convida todas as instituições, organismos não governamentais, governamentais,
528 sindicais e todas as instituições onde há Comitês de Bacias e desta reunião se tira uma comissão regional. Quem
529 convida normalmente é a SEMA, utilizando-se como espaço de mobilização os organismos regionais da SEMA
530 e todos os interlocutores que temos: Comitês de Bacias, ONGs que se identifica, Municípios, no sentido de
531 mobilizar um maior número possível de entidades. Este é o método que nós utilizamos até hoje e estamos abertos
532 para sugestões de mobilização neste processo. **Sr. Presidente:** Temos que de fato dar um encaminhamento para
533 este tema. Temos a necessidade de realizar a conferência no segundo semestre. E temos muitas preocupações,
534 que são similares às preocupações manifestadas pelos Conselheiros no sentido da mobilização dum debate
535 informado e qualificado sobre os temas ambientais do Estado. Apresentamos como provável data o dia 03 de
536 agosto. Evidentemente, que nós achamos que a conferência deve ser feita, agora, temos abertura para discutir a
537 data e discutir o processo. Se precisamos marcar para algumas semanas adiantes a conferência no sentido de
538 garantir mais espaço, podemos acordar com este Conselho no sentido de incorporar as preocupações que foram
539 levantadas aqui. Repito: estas preocupações são nossas, da mesma forma. Achamos, Conselheira Edi, que toda a
540 agenda que temos neste ano, como Semana de Meio Ambiente, toda a agenda ambiental, não interfere
541 negativamente com a realização da conferência, muito pelo contrário. Ela potencializa a realização da
542 conferência. A mobilização para a discussão dos temas ambientais, seja por meio da Semana do Meio Ambiente
543 ou não, evidente que não estamos a conferência em virtude da Rio + 10 ou vinculada à Rio + 10. É um processo
544 aqui no Estado de realização de conferências e não tem a ver com a pauta global. Agora, é evidente que é
545 positivo que essa pauta coincida com a realização da conferência pois ela, de fato, informa mais, traz o tema à
546 tona na sociedade, por meio dos grandes meios de comunicação também e ajuda a mobilizar para a discussão do
547 tema ambiental. **Sra. Edi Xavier da Fonseca:** Em caráter informativo sim, mas de levar uma proposta é criar
548 uma expectativa falsa em relação ao que vai acontecer. **Sr. Presidente:** Caráter de mobilização, informação. E
549 ninguém espera aqui que a Agenda da Rio + 10 vai modificar a realidade do Estado, mas pode ajudar a
550 mobilização para a conferência. E me parece que isso é inegável, e seria realmente não reconhecer o que é mais
551 ou menos óbvio. A Semana do Meio Ambiente e o fato do tema ambiental ganhar dimensão mais forte no
552 segundo semestre em função da grande pauta mundial, evidente que auxilia no processo da conferência, não
553 atrapalha. Essa é a visão do Governo. Repito: o ônus de não fazer seria um ônus completo para o Governo e o
554 Governo não tem a diretriz de não realizar o debate com a sociedade com as questões que lhe são da sua
555 responsabilidade. Consulto o Pleno do Conselho, se há uma proposição numa data diferente desta de 03 de
556 agosto, e se há uma proposição numa metodologia diferente desta que incorpore estas preocupações numa
557 mobilização mais ampla, dum debate mais informado, mas que contemple, evidentemente, a realização da
558 conferência. A Mesa acha um contra-senso enorme uma recomendação do Governo não realizar o debate que lhe
559 é obrigatório com a sociedade. Agora, evidente que nós podemos qualificá-lo com o auxílio deste Conselho.
560 Então, a Mesa consulta o Plenário se há uma proposição diferente da que foi apresentada aqui pelo Eugênio. **Sra.**
561 **Edi Xavier da Fonseca:** Vou insistir de novo se há uma possibilidade de fazer no segundo semestre após o
562 primeiro turno das eleições que é no início de agosto, e outubro, novembro e dezembro realizar a conferência em
563 dezembro, que nem foi realizada há dois anos. **Sr. Presidente:** Seria importante justificar o porquê do período
564 eleitoral. **Sra. Edi Xavier da Fonseca:** Em função de toda esta questão que discutimos anteriormente, da falta de
565 possibilidade da gente se mobilizar antes disso. **Sr. Presidente:** Na nossa opinião desmobiliza afastar a
566 realização da conferência em relação de todos esses processos de debates ambientais que vamos ter ao longo do
567 segundo semestre. Temos uma opinião de mérito divergente. E achamos que fazer mais adiante prejudica a
568 mobilização da conferência e não auxilia. E não se trata aqui, Edi, de demarcar uma posição diferente da
569 APEDEMA. E se trata numa questão importante de conteúdo de mérito. Achamos que prejudica. Para nós é
570 muito mais difícil de fazer no primeiro semestre, num tempo mais curto, e exige muito mais esforço do Governo
571 fazer neste período. E acreditamos que, de fato, que o melhor período é antes das eleições, mais próximo de
572 Semana do Meio Ambiente e dos grandes debates que vão ocorrer na questão ambiental ao longo do segundo
573 semestre, e é esta a questão. E não estamos fazendo querendo questão de discorda da opinião da Conselheira,
574 mas estamos defendendo uma posição importante de mérito, de conteúdo que pode definir o sucesso ou não da
575 conferência. Por isso que é importante se fazer uma discussão de mérito do porquê antes e do porquê depois, e
576 achamos, de fato, que o melhor é fazê-la antes. **Sr. Alexandre Bugin:** Só queria colocar em relação à proposta
577 da Edi que o segundo turno ocorre no final de outubro. Após isso nós teríamos 60 dias que são os mesmos 60
578 dias de agora. **Sra. Edi Xavier da Fonseca:** O primeiro turno é o mais importante. **Sr. Alexandre Bugin:** Fora o
579 fato de que a partir de 20 de dezembro não se faz mais nada em termos de ano, e fora o fato de que, independente

de posições partidárias de qualquer pessoa, sabemos que conforme for o resultado encerra-se um Governo. E aí é a questão de desmobilização de tudo. E acho que realmente condicionarmos após as eleições, parece que estaríamos prejudicando as discussões que é o objeto da CONFEMA. E questão de tempo, teríamos somente 60 dias, menos de 60 dias, inclusive. E se pensar que o segundo turno é dia 26 de outubro. E até 20 de dezembro são menos de 60 dias. E nós cairíamos na mesma questão de que está sendo colocada. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Talvez está havendo um problema de entendimento. A proposta que as entidades ecológicas colocaram aqui, o fundo dela, o objetivo maior é que temos que proporcionar o maior período possível para a discussão o mais próximo da base. E na conferência anterior só realizamos eventos regionais. E agora tínhamos como meta a realização de conferências municipais, e que a partir de agora haja um período para se convocar conferências de nível municipal, fazer uma parceria, e não se o representante da FAMURS está presente, pelo menos estes Municípios, para levar o mais próximo da base este processo e aí jogar este processo, que está querendo ser feito, na verdade, em 40 dias, dos encontros regionais, com um pouco mais para a frente, e daí ter uma conferência estadual. A rigor, se a questão é ano, lei, poderia ser dezembro, pois a nossa idéia é que se consiga fazer a mobilização maior na base, e não é começar daqui a 60 ou 90 dias. É começar a divulgar este documento agora, e dar tempo, pois senão vai ser simplesmente um evento como foi o outro, com maciça presença de órgãos públicos e baixa participação da sociedade. E é isso que a gente quer evitar. Quer dizer, promover uma série de eventos de caráter municipal, levando este documento, e a gente perdeu um ano e meio para se fazer isso aí, e estamos tentando agora dar uma recuperada nisso aí, e é esse o atropelo que a gente acha. E se vai fazer agora, e o que vai acabar acontecendo é que vão participar os Municípios e os órgãos do Estado e as entidades de ecológicas que não precisam de mobilização para participar, é só precisar saber o dia, dão um jeito. Agora, a ampliação para fora desse circuito, que fica prejudicado se a gente não der tempo para o processo acontecer. **Sr. Eugênio Spengler:** Duas considerações importantes: uma bem em cima da questão. Temos que ser, um pouco pé no chão. Jogar a conferência para depois do período eleitoral é desmobilizar porque nós vamos ter um problema de final de Governo, de organização de Governo. E um dos grandes objetivos é definir diretrizes, é um período de ressaca política, vamos ser bem sinceros, de quem perdeu e de quem ganhou, e desmobiliza. E temos experiências de realização de eventos no período pós-eleitoral, até início de ano, e que a gente sabe que não mobiliza. E a gente tem experiência em vários outros setores, é só consultar o setor sindical e outros setores da sociedade para ver se no período pós-eleitoral mobiliza alguém. É isso uma questão fundamental, e até temos aqui representantes dos setores sindicais que podem manifestar isso. Isso é fundamental e de conhecimento exato com o público com o qual nós vamos estar trabalhando neste Estado. Isso é uma questão central. Então, e não mobiliza nem órgão de Governo se for depois do período eleitoral. Nem mesmos os órgãos do Governo serão mobilizados. Temos que colocar isso como uma preocupação central. Imagina, por exemplo, se ganha a oposição como é que uma Secretaria de Meio Ambiente atual vai conduzir um processo de definição de diretrizes, para o próximo período, sendo que ela está derrotada. É uma questão política séria. E a questão é de credibilidade no processo, inclusive. Gostaria de colocar estas considerações porque não estamos trabalhando com alguns movimentos. Estamos movimentando a sociedade gaúcha, com um espaço privilegiado. Se temos problema de tempo, e poderia ser encaminhado e iniciado este processo antes, temos acordo. Agora temos esta situação, associada à questão legal que não dá para realizar no próximo ano. E isso tem que ser fundamentalmente levado em consideração para não cairmos no esvaziamento, o que é pior. A não realização e o esvaziamento da conferência é uma questão bastante grave pois desmoraliza todo um processo. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** Gostaria de fazer uma outra proposta: entendo a preocupação do pessoal das ONGs em relação ao prazo, pois, na verdade, temos um prazo exíguo, e o bom-senso diz que para conseguir mobilizar tanta gente, todo o Estado em dois meses é complicado, fazer uma proposta intermediária. Talvez se a gente adiar para setembro, e como está sendo proposto para início de agosto, vai-se ganhar quase dois meses de preparação, e isso acontece antes das eleições, ou seja, não há decisão eleitoral. Então, uma proposta intermediária tentando que a gente feche esse assunto, pois já são quase 16h30min e a gente está discutindo, e ninguém mais está questionando se é importante ou não realizar, mas só verificar o melhor período, então, vamos ver uma proposta intermediária, que não seja após as eleições, e é esta a minha sugestão. **Sr. Alexandre Bugin:** Essa questão da organização, e foi colocado que houve uma falha de organização, e talvez seria uma forma de , aperfeiçoando, pois há uma deliberação em relação à conferência, o CONSEMA determinar uma data-limite para que o Governo, daqui a dois anos, apresente o seu plano de realização do CONFEMA. Talvez, tipo primeiro de abril do ano a ser realizado, que se estabeleça uma data-limite para que justamente não se crie este tipo de discussão, independente de quem seja o próximo Governo. E isso é uma coisa que poderíamos tirar desta discussão. **Sr. Silvio Botelho:** Considerando que há uma proposta sugerida pela Secretaria do início de agosto; há uma proposta sugerida pela Conselheira Carla no mês de setembro e há uma proposta dos representantes das ONGs de se fazer a conferência, o encontro final da conferência em dezembro. O Conselheiro referiu a necessidade da gente ter, a partir desta discussão, a idéia de se trabalhar com definição de períodos. **Sr. Alexandre Bugin:** Deliberar uma data-limite par que o Governo acrescente um plano de realização, do ano de realização, até, talvez em abril. **Sra. Edi Xavier da**

638 **Fonseca:** Retirando a nossa proposta de dezembro, e apoiando a proposta feita pela Carla, da FIERGS, para o
639 final de setembro, até para dar mais prazo para as discussões municipais. **Sr. Arno Leandro Kayser:** E com o
640 indicativo de se realizar o máximo possível de conferências municipais. **Sr. Eugênio Spengler:** A proposta é de
641 realização de conferências em todos os Municípios que estão habilitados por este Conselho para fazer
642 licenciamento ambiental com o direito de retirarem delegados à conferência estadual na proporção de 1:25
643 presentes, que foi apresentado antes. E vamos incentivar a realização de conferências em todos os outros
644 Municípios só que, no nosso entendimento, a retirada de delegados dar-se-á só naqueles habilitados. E isso para
645 nós é claro. Quero fazer uma proposta de datas: a proposta que vou apresentar é 31 de agosto e 1º de setembro e
646 justifico o motivo: se deixarmos muito para o final de setembro, é reta final de campanha e pode ter problemas de
647 esvaziamento. Chegaríamos a uma questão intermediária, ganharíamos mais um mês. **Sra. Cimara Machado:** De
648 26 de agosto a 04 de setembro é a Conferência da Cúpula Mundial. **Sr. Eugênio Spengler:** Teria que ser depois
649 ou antes disso. **Sr. Presidente:** Nós podemos avaliar a melhor data. A única coisa é não deixar ficar muito
650 próximo da eleição, que é no começo de outubro. Poderíamos acordar no Conselho a primeira quinzena de
651 setembro, não deixar passar para a segunda quinzena, e ganhamos mais um mês em relação a data proposta
652 inicialmente pela Secretaria, e gostaria de propor também, até para contemplar, pois é difícil fazer uma discussão
653 no detalhe da conferência aqui dentro do Plenário, mas se tirássemos uma Comissão do CONSEMA para
654 acompanhar a estruturação da conferência. A realização da conferência é uma obrigação do Executivo, mas
655 consideramos importante que o CONSEMA acompanhe e dialogue permanentemente com a Secretaria ao longo
656 da estruturação da conferência. Então, além de acordar esta data da primeira quinzena de setembro,
657 contemplando várias das preocupações apresentadas aqui, a idéia é de formar uma Comissão deste Conselho que
658 acompanhe e dialogue com a Secretaria no sentido de qualificar o processo da conferência ao longo da sua
659 realização e ao longo agora da sua estruturação. Vamos ter muito trabalho pela frente. Os Conselheiros estão com
660 clareza sobre a proposta apresentada? Há concordância de realização na primeira quinzena de setembro? Temos
661 consenso para esta proposição? Fica definido na primeira quinzena de setembro. Há concordância quanto à
662 sugestão de formação de uma Comissão do CONSEMA específica para acompanhar a realização da conferência,
663 que é de fato um momento importante do funcionamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente? Havendo esta
664 concordância, poderíamos encaminhar que as instituições interessadas em participar desta Comissão, até o final
665 desta reunião, evidente que há possibilidade de fazê-lo depois, mas que tivéssemos uma idéia já das instituições
666 interessadas em trabalhar neste acompanhamento da realização da conferência que deixassem os nomes com a
667 Rosaura, mas evidente que não se esgota aqui esta possibilidade. E todos aqueles que quiserem acompanhar e
668 colaborar com a CONFEMA vão ser muito bem-vindos neste processo. A data proposta, olhando o calendário,
669 feriados e dificuldades todas seria 14 e 15 de setembro, exatamente no final da primeira quinzena de setembro,
670 da realização da conferência final, precedida deste esforço de estímulo às conferências municipais e da realização
671 de pré-conferências regionais. **Sr. Arno Leandro Kayser:** A primeira providência é divulgar esse documento
672 para os Municípios e já pedir a possibilidade de realizar conferências municipais. **Sr. Presidente:** Definidos os
673 componentes desta Comissão, ao final desta reunião, podemos acertar uma primeira reunião com a Comissão
674 para detalharmos estas questões que obviamente não obviamente não são passíveis de detalhamento aqui dentro
675 do Plenário do Conselho. Há concordância sobre isso? **Fica definida a realização da conferência nos**
676 **dias 14 e 15 de setembro**, a constituição duma Comissão de acompanhamento. **Sra. Edi Xavier da**
677 **Fonseca:** O movimento ecológico deliberou que vamos estar mandando uma solicitação à Assembléia
678 Legislativa, duma alteração da lei para que as CONFEMAS aconteçam em anos ímpares para evitar de sempre
679 bater em eleições, tanto municipais como estaduais. **Sr. Presidente:** A Mesa considera que esse pode ser um tema
680 discutido dentro deste próprio Conselho no sentido de reger a realização das conferências, pois de fato a única
681 demanda é a realização da conferência. E temos sentido a importância das pré-conferências e isso pode ser uma
682 questão estabelecida por regra inclusive deste Conselho aqui. De fato o Conselho tem uma margem para
683 deliberação sobre estas questões, sobre periodicidade, sobre regimento da conferência. **Sra. Edi Xavier da**
684 **Fonseca:** Não dá para amarrar tudo, tem que ter uma flexibilidade de se colocar, em termos de data, prazos, pois
685 senão as coisas não acontecem. **Sr. Geraldo André Susin:** Já que estamos falando de leis, a Constituição do
686 Estado se refere ao planejamento destas questões com base num elemento físico que isso é uma conferência. E
687 estamos tratando duma conferência estadual, e fica esse registro, que com base no Orçamento Participativo, se é
688 para seguirmos a lei, a Constituição Estadual se refere a isso, só que não lembro do artigo, desculpa, não sou um
689 rábula para decorar a lei, mas se não me engano é o art. 142 que fala desta linha do planejamento, este tipo de
690 evento ser baseado no elemento físico. **Sr. Presidente:** Fica o registro, Conselheiro. **Sr. Geraldo André Susin:**
691 Obrigado. **Sr. Presidente:** O próximo ponto de pauta é a Moção proposta pelo representante dos Comitês de
692 Bacias. A Mesa passa a palavra ao Conselheiro Bugin, proponente da Moção apresentada aos senhores
693 Conselheiros. **Sr. Alexandre Bugin:** No início da Moção fiz a observação em relação à proposta de Moção, a
694 partir das questões vividas em relação à questão do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, inclusive das rotinas

operacionais do Comitês de Bacias. E como temos a questão da data eleitoral limite de 05 de julho agora, e os Comitês de Bacias têm várias questões que ainda estão pendentes de deliberações por parte do Governo, e foi solicitado a mim que trouxesse essa Moção, que foi resultado duma reunião que ocorreu em Camboriu nesta semana. Sr. Presidente: Há necessidade de esclarecimento em relação à Moção apresentada pelo Conselheiro Bugin. Há necessidade de tempo para que todos os Conselheiros realizem a leitura da Moção, pois a Mesa percebe que vários Conselheiros estão lendo a Moção. Conselheiro Bugin, proporia uma leitura rápida da Moção e depois passamos a apreciação. **Sr. Alexandre Bugin:** Pulando os dois primeiros parágrafos, que fazem “considerando” em relação à Constituição, ao Sistema de Proteção Ambiental, e iniciaria pelo terceiro: *“Considerando que ao lado do Conselho de Recursos Hídricos, dos órgãos técnicos e de licenciamento do Governo, os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas são o núcleo participativo e decisório do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e congregam mais de quinhentas entidades representativas da sociedade, sendo que das vinte e quatro bacias hidrográficas do Estado, dezesseis já contam com Comitês formados; Considerando que a definição dos usos prioritários dos recursos hídricos e das condições de qualidade e de quantidade para que esses usos sejam exercidos sem conflitos, sem o esgotamento dos mananciais e preservando as condições ambientais para o desfrute da presente e de futuras gerações, é o objeto do planejamento que os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas devem desenvolver com o auxílio dos órgãos técnicos, e com a participação da sociedade; Considerando que em função do período eleitoral passa a existir a restrição de liberação de recursos pelo Governo do Estado 90 dias antes do pleito, a partir do dia 05 de julho de 2002; O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 10.330, de 27-12-94, resolve aprovar a seguinte **MOÇÃO**, destacando a importância e urgência das seguintes questões: 1 – Executar o orçamento do Fundo de Recursos Hídricos aprovado pela Assembléia Legislativa na proposta orçamentária do Estado para 2002, contemplando recursos para a manutenção dos Comitês, a implantação dos Planos de Bacia e o desenvolvimento do Programa Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos; 2 – Consolidar o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, mantidas e reforçadas suas características de gestão participativa (população-usuários-governo), descentralizada e tecnicamente competente; 3 – Garantir a manutenção administrativa e financeira dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, pelo Governo do Estado, até que o Sistema Estadual de Recursos Hídricos atinja sua auto-suficiência; 4 – Garantir a continuidade na liberação dos recursos disponíveis no Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos, destinados a esses fins; 5 – Criar no Estado, das Agências de Região Hidrográfica previstas na Lei 10.350/94, instituições estas indispensáveis para dar o respaldo técnico aos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas e para o início da cobrança pelo uso da água, instrumento imprescindível para a implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos; 6 – Acelerar o processo de implantação dos instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos – outorga e cobrança – e a garantia de que os recursos financeiros pela cobrança sejam efetivamente aplicados na bacia de origem, de acordo com as decisões do respectivo Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, cumprindo assim a Constituição Estadual”.* **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite :** Em qual evento que foi proposta esta Moção em Camboriu? **Sr. Arno Leandro Kayser:** Encontro Nacional de Parques e Encontro Nacional de Comitês de Bacias. **Sr. Alexandre Bugin:** Essa proposta já tinha sido apresentada no final de abril. E numa reunião aqui, inclusive era para ser apresentada, mas devido a realização do Encontro Estadual naquele dia, e pelas alterações em relação ao tempo de apresentação, agora no Encontro Nacional de Camboriu houve uma reunião dos Comitês de Bacias do Rio Grande do Sul, e o Arno estava presente, com o Fórum Estadual. E a partir desta reunião do Fórum Estadual que foi apresentada novamente a redação final, foi feita uma revisão em cima da outra. Acho que o Volnei estava presente nesta reunião. **Sr. Silvio Botelho:** Esclarecendo o Conselho e lendo os itens apresentados aos Comitês de Bacias no que se refere aos nossos gastos e compromissos, que ora são executados com recursos do Fundo, primeiro, fazer um registro: a política financeira do Estado é orientada sempre para um conjunto de hierarquia e definições que dialogam com as prioridades do Orçamento Participativo, com o compromisso do pagamento da folha e outros compromissos que o Estado tem com a União ou até mesmo com agentes financiadores. No que se refere à implementação dos gastos do fundo, e que aqui são referidos, a questão do custeio dos Comitês, a questão da manutenção dos projetos, como os planos de bacia, todas estas questões estamos encaminhando. O nosso tempo financeiro vai daqui no limite a 05 de julho. A partir de 05 de julho, o que nós não conseguirmos empenhar, conforme o que está estabelecido em lei, de fato não vamos conseguir executar neste ano. Obviamente, que o tema que é referido nesta Moção, no que se refere aos planos de bacias, manutenção dos Comitês são questões prioritárias. E isso é uma prioridade na SEMA, e já estamos encaminhando isso. Portanto, o nosso exercício de conjunto do Estado, o dinheiro é um só, e ele tem gravames diferentes: o que é do Fundo, o que é do Tesouro. Mas a forma de gerir o Estado é olhando para os compromissos do Estado. Obviamente, que nesta divisão de partes, haverá uma parte que é do orçamento das SEMA, que inclui os fundos, e que portanto as questões atinentes aos Comitês, aos planos de bacias, outros projetos, são prioritários e nós deveremos encaminhar isso até o período de cinco de julho, que é o tempo que

753 nós temos para empenhar as coisas. E quero fazer este registro. Não há, por parte deste Governo, nenhuma
754 atitude deliberada de inviabilizar este ou aquele Comitê. Estamos considerando o momento da economia que
755 temos, de dificuldade do Estado, e temos que considerar sempre o todo, os compromissos do Estado, é
756 importante que o funcionalismo receba em dia, é importante que o Estado garanta as políticas definidas no
757 Orçamento Participativo, da melhor forma é importante que o Estado garanta as políticas que são definidas nos
758 ambientes do Conselho, aquelas políticas setoriais. E esse é o nosso compromisso. Quero fazer este registro para
759 esclarecer que no conjunto nós vamos implementar Claro que muitas vezes nós atrasamos por dificuldades que os
760 senhores todos conhecem, pois está sendo debatido isso em todas as áreas. Mas o Governo tem procurado eleger
761 as suas prioridades e cumprir as suas prioridades. **Sr. Alexandre Bugin:** Importante a tua colocação, Silvio, até
762 acho importante também eu manifestar e relatar isso aí aos Conselheiros que os Comitês de Bacias vêm
763 dialogando e buscando soluções com a SEMA e com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que é o
764 Conselho deliberativo em relação a questão dos Comitês de Bacias desde o início do ano, e a proposição de
765 Moção é justamente buscar, em mais um Conselho, em mais uma instância, o apoio do restante, para que
766 juntamente com os Comitês, SEMA, enfim, possamos fortalecer estas questões que estão sendo colocadas em
767 termos de buscas de soluções. **Sr. Volnei Zanardi:** Boa-tarde a todos. Sou Diretor de Recursos Hídricos da
768 Secretaria e Secretário Executivo do Fundo. Gostaria de registrar o fato que estamos trabalhando, dentro do
769 Sistema de Recursos Hídricos, toda uma estratégia de implementação do Sistema, que vem ocorrendo,
770 principalmente desde que ganhamos governabilidade sobre o sistema no início de 2001, com a Lei 11.560 que
771 passou o Conselho e o Fundo aqui para a Secretaria, e temos desenvolvido todo um processo de implementação
772 do Sistema pactuado com todo o Sistema, com todos os Comitês de Bacias e que temos procurado sempre
773 preservar toda uma hierarquia dentro do Sistema e um pacto político de implementação desse Sistema de
774 Recursos Hídricos. Dentro desta lógica, uma série de ações tem sido implementadas para os quais o suporte
775 financeiro do Fundo é fundamental dentro deste intuito de alavancar, vamos dizer assim, a implementação do
776 Sistema. Uma série de ações estão sendo feitas hoje, e dependem destes recursos. Estamos trabalhando dentro
777 duma linha de viabilizar estes recursos dentro do Governo. Há uma previsão orçamentária que nós esperamos
778 executá-la, e chamar a atenção que nós solicitamos que fosse trazida à pauta do Conselho de Meio Ambiente a
779 relação do Sistema de Meio Ambiente com o Sistema de Recursos Hídricos e que já foi pauta no Conselho de
780 Recursos Hídricos esta relação, e nós ainda não conseguimos trazer para o primeiro plano das questões do
781 Conselho do Meio Ambiente relação, que a gente acha como fundamental fazer esta discussão até para entender
782 um pouco sobre a lógica deste sistema. Hoje temos uma Câmara de Gestão das Águas no Conselho do Meio
783 Ambiente, nos quais até solicitamos ao Conselho uma indicação de quais seriam as prioridades para que
784 venhamos a pautar nesta Câmara de Gestão de Águas, para que não haja conflito com a própria questão do
785 Conselho de Recursos Hídricos, que hoje temos membro deste Conselho que também fazem parte do Conselho
786 de Recursos Hídricos, e tem acompanhado uma intensa atividade da Câmara Técnica que tem contemplado várias
787 questões que estão colocadas aqui dentro, como a questão da criação da Agência de Região Hidrográfica, as
788 questões relacionadas à normatização do Fundo de Recursos Hídricos, porque agora aprovamos uma resolução,
789 onde submete ao Conselho de Recursos Hídricos o planejamento orçamentário do Fundo, quer dizer, uma
790 inovação. Foi uma resolução que foi negociada durante três anos dentro do Conselho de Recursos Hídricos, para
791 vocês terem uma idéia. Então, uma série de avanços que estamos fazendo e da própria relação com o Sistema de
792 Meio Ambiente que achamos fundamental de trazer para este Conselho. Desse intuito que faço intervenção, Sr.
793 Presidente, Srs. Conselheiros, para que a gente consiga trazer isso à pauta, e dizer que essa questão será tratada
794 dentro do Conselho de Recursos Hídricos, pois é um ponto fundamental que temos visto, que às vezes há uma
795 certa confusão entre os instrumentos como se houve uma subordinação destes Conselhos e é uma total
796 independência. Nós temos um Sistema de Recursos Hídricos e temos um Sistema de Meio Ambiente que tem que
797 trabalhar articulado para que venhamos a ter políticas integradas. Agora, temos que aprender a distinção entre os
798 instrumentos e a forma da gente vir a trabalhar com eles. Por isso que solicitamos, mais uma vez, esta questão
799 que poderá dar um espaço maior para que a gente trate da complexidade deste tema. Obrigado. **Sr. Presidente:**
800 Apenas como esclarecimento. Este é a próxima pauta deste Conselho tão logo definamos a questão da Moção,
801 que é a pauta reprimida de vários assuntos, de várias instituições que pautaram e o Conselho ainda não conseguiu
802 discutir. Em votação a Moção. Aqueles que concordam com a Moção permaneçam como estão: Algum
803 Conselheiro contrário? Abstenções. A Moção foi *aprovada* por unanimidade. **3 – Planejamento da pauta do**
804 **CONSEMA para o ano de 2002. Sr. Presidente:** Temos várias fontes de informação, e vai certamente ser
805 necessário um esforço concentrado de todos nós, dentro deste Conselho, para que possamos organizar a nossa
806 agenda. Temos a nossa Secretária do Conselho, a Rosaura, que faz um levantamento por meio das atas de todos
807 os pontos solicitados dentro do Plenário do Conselho. Temos ainda a demanda vinda das Câmaras Técnicas, e aí
808 a Mesa gostaria de destacar que foi feita uma solicitação a todas as Presidências das Câmaras Técnicas
809 Permanentes para que nos mandassem então a agenda de pontos sendo discutidos e a discutir, e tivemos a
810 resposta das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, tivemos um relato esta semana; também da Câmara

811 Técnica de Controle e Qualidade, da Câmara Técnica de Biodiversidade e da Câmara Técnica de Política
812 Florestal. Não tivemos resposta da Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, até o momento, sobre a
813 agenda da Câmara Técnica. Na questão da Câmara Técnica de Gestão das Águas, há também uma Câmara
814 Técnica do Conselho de Recursos Hídricos, e a Câmara Técnica de Recursos Hídricos do CONSEMA solicitou
815 que se discuta no Plenário a relação entre os dois sistemas para que a gente possa definir uma agenda e para que
816 não reproduzamos as mesmas questões no Conselho de Recursos Hídricos e aqui no Conselho de Meio
817 Ambiente. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não apresentou o relato. O nosso Presidente da Câmara
818 Técnica de Assuntos Jurídicos está aqui, Dr. Gustavo Trindade, responsável pela não apresentação da agenda
819 desta Câmara Técnica e a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos também não apresentou a agenda de discussão.
820 Além das Câmaras Técnicas e do que está represado já dentro do Pleno do CONSEMA, nós temos pendências
821 em relação ao nosso seminário realizado no ano de 2000 para definição de agendas prioritárias. Tínhamos lá, por
822 exemplo, a regulamentação dos prazos das licenças ambientais. E vou dar um relato sobre isso, de que há um
823 grupo técnico na FEPAM trabalhando, e a lei determina que a FEPAM apresenta uma proposta ao Conselho e
824 nós estaremos terminando esta proposta em 60 dias, para que ela venha ao Conselho. Mas também temos a
825 necessidade do Conselho regrar os empreendimentos sujeitos a EIA-RIMA, e isso hoje é uma Portaria da
826 FEPAM. Temos a regulamentação das audiências públicas, que também é hoje uma Portaria da Presidência da
827 FEPAM e a definição das infrações que terão o CONSEMA como último grau de recurso. E são todas questões
828 que nós deliberamos em nosso seminário de 2000 e que ainda não foram objeto da apreciação deste Conselho. E
829 temos, por último ainda, aquelas necessidades de regulamentação, aquelas questões que o Código Estadual de
830 Meio Ambiente atribuiu ao CONSEMA a regulamentação. Algumas delas já li aqui que foi objeto da nossa
831 agenda de 2000, mas o Gustavo tem essa lista. Então, são amplas fontes que compõem um número grande de
832 agendas. Então, a primeira coisa, antes de apresentar tema a tema é ver como vamos enfrentar esta agenda, que é
833 bastante grande. Ou seja, organizar a discussão da agenda do Conselho. Evidentemente, que pelo adiantado da
834 hora e pelo conjunto de temas, não vamos fazer essa discussão hoje aqui como prevíamos de antemão no início
835 da reunião. Mas podemos deliberar hoje aqui como vamos realizar esta discussão para que ela seja feita da
836 maneira mais breve possível e que tenhamos a organização da agenda do CONSEMA até o final do ano. **Sra. Edi**
837 **Xavier Fonseca:** A gente tinha combinado, Nilvo que esta relação de pautas pendentes seriam mandadas com
838 antecedência para os Conselheiros poderem trazerem as suas listas de prioridades e isso já vai dificultar bastante
839 fazer isso nesta reunião, o que prejudica a reunião em função disso aí, de nós, pelo menos, não termos recebido
840 com antecedência esta listagem. E outra coisa, em relação à Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, que ela não
841 tem-se reunido por falta de quorum. Já havia colocado isso anteriormente, já tinha conversado com o Eugênio em
842 relação a isso. E a gente solicitou, na última reunião, que não houve, de fato não tinha quorum, que esta Câmara
843 Técnica fosse reestruturada, que se colocasse à discussão na Plenária do CONSEMA para que entidades que de
844 fato queiram participar da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos se habilitem e possam participar, pois, de fato
845 está prejudicando o andamento de várias questões na Câmara Técnica de Resíduos Sólidos em função
846 principalmente o Governo não ter dado quorum nas reuniões. **Sr. Presidente:** Reforçando o que foi dito pela
847 Conselheira Edi. O fato de uma Câmara Técnica, como a de Resíduos Sólidos, que é um tema tão fundamental,
848 não conseguir quorum para operação, de fato é grave e aí é importante recordar a discussão que nós tivemos,
849 neste Plenário, quando da composição, onde ficou destacado, de fato, que haveria dificuldade, e que um grande
850 número de componentes numa Câmara Técnica poderia tirar o quorum das reuniões. Então, fica registrada a
851 necessidade de fazermos a discussão, redefinir esta Câmara Técnica de forma que aquelas instituições que não
852 estejam participando se retirem da Câmara Técnica e deixem de prejudicar o quorum da reunião, e que a reunião
853 possa acontecer com o número de instituições que têm capacidade e disposição para estar presente num tema tão
854 importante quanto a questão de resíduos sólidos. Conselheira Edi, parte da dificuldade de enviar com
855 antecedência é que só recebemos, até o início desta semana de realização da reunião do Conselho, o relato de
856 duas Câmaras Técnicas: a de Controle Ambiental e Biodiversidade. Todos os outros relatos das tantas Câmaras
857 Técnicas chegaram ao longo da semana. Por isso a dificuldade de enviar com antecedência aos senhores
858 Conselheiros. Mas, evidentemente, a reunião que deliberará sobre a agenda tem que contar com a informação
859 prévia aos Conselheiros de toda a pauta pendente. E nos parece clara a necessidade duma reunião extraordinária.
860 E nos parecem duas questões que são passíveis de discussão agora. Primeiro, se nós nos dispomos a fazer um
861 esforço como fizemos em 2000, de um dia de reunião, para que a gente acelere a agenda ou mantenhamos apenas
862 uma tarde. E é essa a primeira questão. E sabemos que o período que vem daqui para a frente é bastante
863 tumultuado, com muitas agendas, e reconhecemos que há uma dificuldade de se fazer um seminário de um dia
864 inteiro. A outra questão é se há disposição, ou dos Presidentes de Câmaras Técnicas ou de retirar um grupo deste
865 Conselho que auxilie na organização desta pauta para que a gente faça a reunião, ou se isso fica de fato como
866 atribuição exclusivamente da Secretaria Executiva, e não teria problema em ser desta forma para organizar a
867 pauta da próxima reunião. Então, abrimos ao Plenário para discutirmos como encaminhar deste tema. Tendo uma
868 decisão que foi o registro feito pela Conselheira Edi, vamos ter que produzir, evidentemente, uma lista destas

869 pautas para que os Conselheiros tenham conhecimento com bastante antecedência para que possa ser uma
870 reunião, de fato, deliberativa. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sem saber o tamanho da pauta não tem como. **Sr.**
871 **Presidente:** Pegando todos os pontos de Câmaras Técnicas do Plenário, temos cerca de 50 pontos a serem
872 hierarquizados. Mas aí nem só para o Pleno, mas há pontos já prontos para vir ao Pleno. Há pontos que são
873 resoluções, deliberações, informações, como, por exemplo, estágio de licenciamento de hidrelétricas e barragens
874 no Estado. Isso é mais uma pauta informativa ao Conselho do que uma pauta de regramento do Código Estadual.
875 Ao todo, teríamos cerca de 50 itens a serem hierarquizados para atividade do Plenário e das Câmaras Técnicas
876 do Conselho. Evidente, que aquilo que o Pleno definir como prioridade para a sua avaliação, vai ser também,
877 obviamente, uma prioridade de trabalho para as Câmaras Técnicas respectivas que estão tratando daquele tema.
878 Então, as duas coisas estão bastante relacionadas, mas é uma pata, sem dúvida alguma, extensa. **Sra. Edi Xavier**
879 **Fonseca:** O melhor encaminhamento é fazer uma comissão para dar a pauta, de separar cada um dos pontos e
880 apresentar na próxima reunião do CONSEMA, e até vai ter uma reunião extraordinária, e já traz esta proposta e
881 fechar. **Sr. Presidente:** A Mesa vai propor o seguinte encaminhamento: aquelas instituições e Conselheiros que
882 quiserem trabalhar a questão da agenda para esta próxima reunião que vai tratar exclusivamente deste ponto, uma
883 reunião extraordinária, deixa o nome com a Rosaura, chamamos uma reunião e iniciamos o trabalho já na semana
884 que vem para organizar esta reunião extraordinária. Temos todas as condições durante a semana que vem, se
885 bem que temos um feriado na quinta-feira, mas acho que isso não vai ser problema, de listar todos os pontos e
886 enviar aos Conselheiros. E aí nós poderemos marcar uma reunião extraordinária dum tarde, sendo mais realista,
887 e fazer um esforço para concluir o trabalho numa tarde. Se não for possível, nesta reunião, deliberamos. Acho
888 que fica complicado marcar um dia inteiro de trabalho, nesta época do ano, com todo mundo correndo, com
889 agendas bastantes pesadas. Temos um acordo mais ou menos para a próxima reunião ordinária que vai ser no dia
890 20 de junho. Conselheiros, temos uma reunião ordinária marcada para o dia 20 de junho. A proposta seria que
891 nós realizássemos a reunião após a Semana de Meio Ambiente, que é uma semana difícil de fazer reuniões, vai
892 ter uma agenda grande, e uma semana antes da reunião ordinária, no dia 14 de junho, uma reunião extraordinária
893 para definir a pauta. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Mas manter a reunião do dia 20 de junho, pois ultimamente
894 tem-se mudado a data. **Sr. Presidente:** É uma quinta-feira, no dia 20 de junho. Estamos propondo é a realização
895 da extraordinária uma semana antes, no dia 14, uma sexta-feira, para realização desta reunião extraordinária de
896 organização da pauta do Conselho. Há concordância? Não havemos a discordância do Plenário, fica acertado
897 aqui a reunião extraordinária para o dia 14 de junho. E entramos no último ponto de pauta. **4. Assuntos Gerais.**
898 **Sr. Presidente:** Palavra aberta ao Plenário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Quero convidar a todos
899 os presentes para uma homenagem que estamos organizando para o Prof. Lutzemberger, agora no próximo
900 domingo, às 16h30min, no Jardim Botânico, onde vamos plantar um cacto numa área que o Jardim Botânico está
901 criando agora que reproduz os morros graníticos do Rio Grande do Sul. Então, a partir das 16h30min esperamos
902 a presença de todos. **Sra. Elizabete Maria Zanin:** Vocês já receberam, dentro da pasta, um informe sobre o 1º
903 Simpósio Sulbrasileiro da Educação Ambiental e o 2º Simpósio Gaúcho da Educação Ambiental. Então,
904 representando a URI estamos convidando a todos vocês e que esse material seja distribuído às suas Entidades,
905 seus companheiros e colegas de trabalho para que se façam presentes neste trabalho. Obrigado. **Sr. Presidente:**
906 Gostaríamos de informar também aos senhores Conselheiros, os senhores já devem ter visto por meio da
907 imprensa, mas a FEPAM, já desde a semana passada, vem emitindo boletins diários da qualidade do ar por meio
908 da rede automática de monitoramento, que foi uma rede adquirida por meio do Programa Pró-Guaíba, e nós
909 desenvolvemos boletins e eles estão disponíveis todos os dias a partir das 16 h no site da FEPAM que é o
910 www.fepam.rs.gov.br. Temos oito estações hoje monitorando, e são três em Porto Alegre, uma em Canoas, uma
911 em Sapucaia, uma em Caxias, uma no Pólo Petroquímico e uma estação móvel operando neste momento em Rio
912 Grande. Também aqueles que acessarem o site para conferir os boletins vão verificar que a FEPAM já está com
913 um site novo no ar, ainda em desenvolvimento, e até a próxima reunião deste CONSEMA o site já deverá estar
914 funcional, na sua integralidade, via internet, e como nós havíamos afirmado aos senhores Conselheiros, lá dentro
915 vai ser possível encontrar informações detalhadas sobre o licenciamento ambiental, sobre a legislação, sobre as
916 audiências públicas já marcadas e a partir do mês de junho a nossa idéia é que qualquer cidadão tenha acesso ao
917 conteúdo das licenças ambientais, de todas elas emitidas pela FEPAM diretamente pela internet, que é o nosso
918 esforço de garantir maior transparência, maior controle sobre as ações da Fundação. **Sr. Arno Leandro Kayser:**
919 Queremos cumprimentar à FEPAM por essa rede de monitoramento do ar, e isso é uma informação
920 extremamente importante de disponibilizar para a comunidade, e não sei se já há alguma tratativa com os meios
921 de comunicação, pois assim como há os boletins meteorológicos, que é uma coisa como final de tarde as pessoas
922 saber como está o ar da sua cidade, isso é uma informação que certamente os próprios veículos de comunicação
923 teriam o máximo interesse e que vai contribuir muito dentro do processo de discussão da qualidade de vida,
924 questão e a hora boa para saber isso são às 18h, a hora do *rusch*, pois, afinal de contas, uma boa parte das
925 pessoas está ouvindo o rádio dentro do veículo, quer dizer, fazer as pessoas a pensar e começar a usar outros
926 meios, e provavelmente já tenham pensado nisso. **Sr. Presidente:** Antes do lançamento, Conselheiro Arno,

927 visitamos todas as redações de todos os veículos de comunicação de Porto Alegre: do ClicRBS até o Correio do
928 Povo, o Sul, tivemos dois dias de trabalho só de agenda com a imprensa, inclusive mostrando o trabalho que a
929 Folha de São Paulo faz, que divulga os boletins de qualidade do ar juntamente com a previsão meteorológica.
930 Então, já há interesse de vários desses meios em incorporar os boletins de qualidade do ar conjuntamente com a
931 previsão do tempo, que é o caso do ClicRBS, que é o caso da própria Zero Hora, que está estudando isso, e já há
932 interesse de vários meios de comunicação, inclusive de firmar convênios e de adquirir equipamentos e colocar
933 equipamentos conjuntamente com a rede da FEPAM no sentido de medir outros parâmetros que não estamos
934 medindo para divulgá-los ao público. Mas é importante destacar também que a partir de junho vamos estar
935 disponibilizando os relatórios da rede manual, que é a rede que já existe há bastante tempo na FEPAM, só que
936 como ela não tem a mesma agilidade, a mesma rapidez dos equipamentos automáticos, vamos divulgar boletins
937 mensais de todas as outras áreas onde monitoramos a qualidade do ar e que não são redes automáticas. E que é
938 uma rede maior, são doze pontos e os parâmetros são menores, e é basicamente dióxido de enxofre e material
939 particulado, em alguns casos, partículas inaláveis, e então, a rede automática em tem uma gama maior. E nós
940 vamos estar divulgando também, todos os resultados do monitoramento da qualidade das águas que a FEPAM
941 realiza no Estado via internet. A idéia é que todas as informações ambientais que a FEPAM possui e também
942 todo o banco de dados de licenças ambientais da Fundação seja disponível para qualquer cidadão via internet.
943 Além disso, estamos iniciando a exigência, para aqueles empreendimentos de maior porte, de monitoramento de
944 desempenho em tempo real e disponibilização, não-só dos dados de qualidade, mas também do desempenho das
945 principais fontes de poluição via internet. Evidente, que isso é um processo. E temos a satisfação de já em junho
946 poder colocar este tipo de informação disponível aos nossos Conselheiros, mas não só isso, mas a todos os
947 cidadãos, ao Ministério Público, que nos fiscaliza, é uma informação de difícil acesso na FEPAM. Temos a
948 satisfação de colocar este site no ar, e esperamos que ele funcione bem e obviamente vamos estar recebendo
949 críticas e tentando melhorar o site da FEPAM. Mas já começamos com um bom conjunto de informações
950 disponibilizadas ao público a partir de junho. **Sr. Geraldo André Susin:** Percebi no site do portal do Governo
951 do Estado, na SEMA, que lá estão as informações, as resoluções, toda a documentação. Sugiro que outros tipos
952 de documentos, ou se disponibilize no site ou seja enviado por *e-mail*, pois temos uma dificuldade no Correios, o
953 Correios não é mais o mesmo, como, por exemplo, as convocatórias, as Atas, e não estou achando um culpado
954 só. Mas uma forma, pelo *e-mail* a gente prioriza o meio digital e então facilita para trabalhar com o nosso grupo.
955 Obrigado. **Sr. Presidente:** No site, tanto da SEMA como das FEPAM, vocês vão encontrar as principais ações
956 que a FEPAM vem realizando, as reuniões, os encaminhamentos, os convênios. Há um espaço exclusivo para
957 notícias ambientais, que até há pouco tempo, era uma taxaço de circulação interna dentro da Secretaria, e
958 estamos disponibilizando também no site. Então, acompanhar as ações da FEPAM no dia a dia, as principais
959 ações que estão sendo feitas, isso também está sendo informado por meio de uma coluna de notícias ambientais
960 que são atualizadas. Então, vocês podem, de fato, acompanhar de fato o dia a dia da FEPAM e da Secretaria
961 também por meio do site, e não só com as informações ambientais. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**
962 Só avisar o pessoal que eu coloquei em cima do balcão o *folder* do Seminário: “Alternativas para o uso de
963 energia e transporte urbano”, que estamos organizando em conjunto com os arquitetos solidários e apoio da
964 SEMA, e que vai-se realizar no dia 31 de maio e 1º de junho na PUC. **Sr. Silvio Botelho:** Queria só informar aos
965 Conselheiros que no dia 27, na segunda-feira, às 14h, no Município de Torres, vamos estar realizando uma
966 consulta pública com a comunidade para iniciar o processo de constituição do Parque Estadual de Itapeva.
967 Estendemos aqui o convite para os Conselheiros que possam acompanhar. **Sr. Renzo Alberto Guillermo**
968 **Bassanetti:** Na segunda-feira, às 14h, na ULBRA de Torre, não tenho a localização exata agora, mas vai haver a
969 consulta pública sobre a implantação do Parque Estadual do Itapeva. Vamos apresentar à comunidade a proposta
970 nossa proposta, e já houve uma discussão prévia com a Prefeitura, e agora se apresentou o projeto e foi feito
971 convite a vários segmentos da sociedade, a comunidade local para participarem. A duração prevista é das 14h às
972 18h e a maioria de vocês já deve ter recebido este convite e ressaltamos a importância da participação das ONGs
973 e dos Conselheiros que tiverem disponibilidade. **Sr. Presidente:** Agradecemos presença de todos e desejamos
974 um bom final de semana a todos. Muito obrigado a todos e um bom final de semana. Nada mais havendo para
975 ser tratado, o Presidente encerrou a reunião às 17h14min. Nada mais havendo para ser registrado, lavrei a
976 presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes.